



305.

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0297572-0 (NPU 0002212-92.2013.8.17.0000)

AGRAVANTE: Barros Melo Ensino Superior LTDA

AGRAVADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Marcelon Luiz e Silva

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE A IMPETRANTE/AGRAVANTE E O ESTADO DE PERNAMBUCO PARA A UTILIZAÇÃO DE LEITOS EM HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO SE SUBMETE AO CRIVO DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA, NÃO DEVE SER IMPOSTO À ADMINISTRAÇÃO CELEBRAR. MANUTENÇÃO DA LIMINAR VERGASTADA EM TODOS OS SEUS TERMOS. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA.

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Barros Melo Ensino Superior LTDA contra decisão interlocutória proferida por esta Relatoria (fls. 272-273), que, nos autos da Ação Mandamental indeferiu a liminar perseguida no sentido de impor ao Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco a obrigação de celebrar convênio cujo objeto seria a disponibilização de 1009 leitos em hospitais da rede estadual de saúde para utilização de seus alunos do Curso de Medicina, de modo a atender exigência imposta pelo Ministério da Educação.

Irresignada, a Recorrente alega ter havido equívoco na fundamentação da decisão ora vergastada, porquanto a causa de pedir do writ arrima-se na motivação do ato tido por coator (negativa de convênio entre a impetrante e o Estado de Pernambuco) que se lastreara em dados dissociados da realidade e não na ausência de motivação.

Relata que em sentido contrário à motivação expedida pela autoridade coatora, restou provado nos autos do Mandado de Segurança a existência de leitos suficientes na rede hospitalar estadual para atendimento da demanda, razão pela qual se deve impor a celebração do convênio.

Afirma que o convênio constitui mero requisito formal para o início do processo de avaliação do pedido de autorização para criação do Curso de Medicina e que só será efetivamente aplicado após 03 anos da autorização que venha a ser concedida pelo Ministério de Educação, ou seja, que seus futuros alunos não utilizarão imediatamente as instalações da rede pública, mas apenas a partir do quarto ano do curso referido.

Pleiteia pela reforma da decisão monocrática que indeferiu a liminar, de modo que seja determinada a celebração de convênio entre ela, Agravante, e o Estado de Pernambuco, para utilização de leitos da rede pública de hospitais, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, nos mesmos moldes do convênio preferitamente firmado com a entidade privada Faculdade Maurício de Nassau.

A decisão vergastada foi lavrada nos seguintes termos:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

"Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar *inaudita altera pars*, impetrado contra ato tido por coator emanado do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

A Impetrante, na condição de Faculdade de Ensino Superior de Medicina, alega que formulou pedido de celebração de convênio com o Estado de Pernambuco, para que os Hospitais de Ensino e demais nosocômios da Rede Estadual pudessem ser compartilhados pelos seus discentes no período do internato (estágio curricular obrigatório), para atendimento da legislação em vigor e exigências do Ministério de Educação.

Relata que teve seu requerimento indeferido pela indigitada Autoridade Coatora, através do Ofício nº018/2013 de 31/01/2013 (fls. 45-46), a qual justificou tal decisão na: *"Incapacidade dos nossos serviços de absorver quaisquer novas demandas de vagas com compromisso de garantir a qualidade do atendimento e o treinamento em serviço, respeitando as especificidades de cada clínica e obedecendo as legislações vigentes, uma vez que já se acolhe mais de 3.000 estudantes na rede"*.

Diante disso, afirma que tal negativa do Poder Público em celebrar "convênio que propiciará o aumento na oferta de vagas do curso de medicina na rede privada, vem a malferir não apenas o direito líquido e certo do Impetrante : transforma o caótico cenário atual em um futuro ainda mais incerto para o sistema de saúde do Estado de Pernambuco." E ainda, que estruturou sua sede com todos os recursos necessários para o desenvolvimento acadêmico, em atendimento a todas as exigências do Ministério da Educação e orientações do Conselho Nacional de Saúde, visando, desse modo, ser a primeira faculdade privada de medicina não situada na Capital do Estado.

Esclarece também que para a autorização de criação e funcionamento de curso de Medicina, o Ministério de Educação exige que a instituição de ensino tenha disponível para utilização, pelo menos, 05 leitos em unidade hospitalar própria ou conveniada para cada vaga oferecida no vestibular do curso.

Com esses argumentos, a Impetrante conclui que o ato tido por coator, apesar de discricionário, viola os princípios da motivação, da razoabilidade e proporcionalidade, como também o princípio da isonomia, pois o Estado teria celebrado convênios com outras instituições de Ensino Superior congêneres.

Requer medida liminar que imponha ao Secretário de Estado a celebração de convênio que atenda ao seu interesse, nos mesmos moldes de convênio firmado com a Faculdade Maurício de Nassau, convolvendo-se tal medida em segurança definitiva ao final do julgamento.

Eis o que importa relatar. Passo a decidir.

É de conhecimento amplo de que a ação de mandado de segurança é remédio especial constitucionalmente admitido para tutelar direito líquido e certo violado ou ameaçado de violação por ato de autoridade pública (art. 1º da Lei 12.016/2009).

Ademais, insta esclarecer que para a concessão de liminar, em sede de Ação Mandamental, é necessária a presença concomitante dos pressupostos trazidos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

306

pelo art. 7º, III da Lei nº 12.016/2009¹, consistentes no "fundamento relevante" e na "ineficácia da medida" ao final.

Neste contexto, é básico aquilatar de plano os fundamentos que justificam a demanda especial, notadamente no que se refere à certeza e liquidez do direito que se identifica mediante a comprovação nos autos independentemente de outras provas ou diligências. No caso, a pretensão deduzida no âmbito administrativo foi a de requerer a celebração de convênio com o Poder Público para a obtenção de condição material exigida para a autorização e funcionamento de curso de Medicina, o que já demonstra a falta de liquidez e certeza do alegado direito da Impetrante, vez que tal providência dependeria do interesse público e da concordância da autoridade pública que o representa, fatores identificáveis no âmbito da discricionariedade.

Analizando o conteúdo do ato tido por coator, verifico que a autoridade Impetrada respondeu satisfatoriamente ao pleito do Impetrante, demonstrando em seu contexto a impossibilidade de atender o interesse privado pelos motivos que expediu, o que, no entender desta Relatoria, afasta a alegação de falta de motivação e, assim também, do não atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

É que, a despeito da relevância de tese que suscite o debate sócio-político sobre alegada necessidade de reestruturação do serviço de saúde no Estado de Pernambuco que justifique o incremento na oferta de cursos para formação de profissionais na área de medicina, tal tema não configura direito subjetivo de quem quer que seja a ponto de ser tutelado na via do *Writ of Mandamus*.

Nesta análise primeira, não diviso para os fins previstos no art. 7º, II², da Lei 12.016/2009, a relevância dos fundamentos da impetração, à vista da falta de plausibilidade do alegado direito, razão pela qual indefiro o pedido liminar.

Determino a notificação da autoridade indigitada coatora, enviando-lhe a segunda via com a cópia dos documentos, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias, consoante os termos do art. 7º da Lei nº 12.012/2009.

Findo este prazo, com fulcro no art. 12 da referida norma, determino a remessa dos presentes autos ao Ministério Público, para que o representante ministerial seja ouvido em 10 (dez) dias.

Cientifique-se o Estado de Pernambuco, na pessoa do seu representante legal, para, querendo, ingressar no feito, na forma do disposto no art. 7º, II do citado diploma legal."

É cediço que, de forma abstrata, todos os cidadãos podem usufruir dos bens públicos disponibilizados à sociedade. No entanto, tal fruição é condicionada à capacidade material e temporal, sem olvidar o gerenciamento pelo Poder Público.

No caso em análise, o que a Recorrente está a reclamar é direito líquido e certo à celebração de um convênio com o Estado de Pernambuco para que



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

disponibilize leitos em hospitais públicos para os estudantes do Curso de Medicina da Faculdade Barros Melo, mas, através de uma análise inicial é possível aquilatar não está demonstrada a liquidez e a certeza do alegado direito, a tanto que a Recorrente pretende que se imponha a celebração de convênio como forma originária de relação jurídica a ser estabelecida.

É íntimo ao conhecimento deste tribunal que a celebração de convênio no âmbito da Administração se submete ao crivo de oportunidade e conveniência, não sendo razoável que o administrado invoque direito de impor a política administrativa que atenda à sua conveniência.

Ademais, a Recorrente deixa claro em suas razões que tal convênio seria um requisito meramente formal, demonstrando ausência de interesse na utilização desses leitos antes da abertura do Curso de Medicina.

Diante de todo o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, para que seja mantida a decisão interlocutória concedida no bojo do Mandado de Segurança nº 0297572-0, em todos os seus termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0297572-0, em que figuram como agravante Barros Melo Ensino Superior LTDA e como agravado Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em negar provimento ao Agravo Regimental nº 0297572-0, tudo em conformidade com a ementa, o relatório e o voto que passam a integrar este aresto.

Recife, 05 de março de 2013.

Juiz José Marcelon Luiz e Silva
Relator Substituto



307

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0297572-0 (NPU 0002212-92.2013.8.17.0000)

AGRAVANTE: Barros Melo Ensino Superior LTDA

AGRAVADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Marcelon Luiz e Silva

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto por Barros Melo Ensino Superior LTDA contra decisão interlocutória proferida por esta Relatoria (fls. 272-273), que, nos autos da Ação Mandamental indeferiu a liminar perseguida no sentido de impor ao Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco a obrigação de celebrar convênio cujo objeto seria a disponibilização de 1009 leitos em hospitais da rede estadual de saúde para utilização de seus alunos do Curso de Medicina, de modo a atender exigência imposta pelo Ministério da Educação.

Irresignada, a Recorrente alega ter havido equívoco na fundamentação da decisão ora vergastada, porquanto a causa se pedir do *writ* arrima-se na motivação do ato tido por coator (negativa de convênio entre a impetrante e o Estado de Pernambuco) que se lastreara em dados dissociados da realidade e não na ausência de motivação.

Relata que em sentido contrário à motivação expedida pela autoridade coatora, restou provado nos autos do Mandado de Segurança a existência de leitos suficientes na rede hospitalar estadual para atendimento da demanda, razão pela qual se deve impor a celebração do convênio.

Afirma que o convênio constitui mero requisito formal para o início do processo de avaliação do pedido de autorização para criação do Curso de Medicina e que só será efetivamente aplicado após 03 anos da autorização que venha a ser concedida pelo Ministério de Educação, ou seja, que seus futuros alunos não utilizarão imediatamente as instalações da rede pública, mas apenas a partir do quarto ano do curso referido.

Pleiteia pela reforma da decisão monocrática que indeferiu a liminar, de modo que seja determinada a celebração de convênio entre ela, Agravante, e o Estado de Pernambuco, para utilização de leitos da rede pública de hospitais, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, nos mesmos moldes do convênio preteritamente firmado com a entidade privada Faculdade Maurício de Nassau.

É o que importa relatar.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0297572-0 (NPU 0002212-92.2013.8.17.0000)

AGRAVANTE: Barros Melo Ensino Superior LTDA

AGRAVADO: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Marcelon Luiz e Silva

VOTO

A decisão vergastada foi lavrada nos seguintes termos:

"Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar *inaudita altera pars*, impetrado contra ato lido por coator emanado do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

A Impetrante, na condição de Faculdade de Ensino Superior de Medicina, alega que formulou pedido de celebração de convênio com o Estado de Pernambuco, para que os Hospitais de Ensino e demais nosocômios da Rede Estadual pudessem ser compartilhados pelos seus discentes no período do internato (estágio curricular obrigatório), para atendimento da legislação em vigor e exigências do Ministério de Educação.

Relata que teve seu requerimento indeferido pela indigitada Autoridade Coatora, através do Ofício nº018/2013 de 31/01/2013 (fls. 45-46), a qual justificou tal decisão na: "*incapacidade dos nossos serviços de absorver quaisquer novas demandas de vagas com compromisso de garantir a qualidade do atendimento e o treinamento em serviço, respeitando as especificidades de cada clínica e obedecendo as legislações vigentes, uma vez que já se acolhe mais de 3.000 estudantes na rede*".

Diante disso, afirma que tal negativa ao Poder Público em celebrar "convênio que propiciará o aumento na oferta de vagas do curso de medicina na rede privada, vem a malferir não apenas o direito líquido e certo do Impetrante : transforma o caótico cenário atual em um futuro ainda mais incerto para o sistema de saúde do Estado de Pernambuco." E ainda, que estruturou sua sede com todos os recursos necessários para o desenvolvimento acadêmico, em atendimento a todas as exigências do Ministério da Educação e orientações do Conselho Nacional de Saúde, visando, desse modo, ser o primeira faculdade privada de medicina não situada na Capital do Estado.

Esclarece também que para a autorização de criação e funcionamento de curso de Medicina, o Ministério de Educação exige que a instituição de ensino tenha disponível para utilização, pelo menos, 05 leitos em unidade hospitalar própria ou conveniada para cada vaga oferecida no vestibular do curso.

Com esses argumentos, a Impetrante conclui que o ato tido por coator, apesar de discricionário, viola os princípios da motivação, da razoabilidade e proporcionalidade, como também o princípio da isonomia, pois o Estado teria celebrado convênios com outras instituições de Ensino Superior congêneres.

Requer medida liminar que imponha ao Secretário de Estado a celebração de convênio que atenda ao seu interesse, nos mesmos moldes de convênio firmado com a Faculdade Maurício de Nassau, convalidando-se tal medida em segurança definitiva ao final do julgamento.

Eis o que importa relatar. Passo a decidir.

É de conhecimento amplo de que a ação de mandado de segurança é remédio especial constitucionalmente admitido para tutelar direito líquido e certo violado ou ameaçado de violação por ato de autoridade pública (art. 1º da Lei 12.016/2009).

Ademais, insta esclarecer que para a concessão de liminar, em sede de Ação Mandamental, é necessária a presença concomitante dos pressupostos trazidos pelo art. 7º, III da Lei nº 12.016/2009¹, consistentes no "fundamento relevante" e na "ineficácia da medida" ao final.

Neste contexto, é básico aquilatar de plano os fundamentos que justificam a demanda especial, notadamente no que se refere à certeza e liquidez do direito que se identifica mediante a comprovação nos autos independentemente de outras provas ou diligências. No caso, a pretensão deduzida no âmbito administrativo tal a de requerer a celebração de convênio com o Poder Público para a obtenção de condição material exigida para a autorização e funcionamento de curso de Medicina, o que já demonstra a falta de liquidez e certeza do alegado direito da Impetrante, vez que tal providência dependeria do interesse público e da concordância da autoridade pública que o representa, fatores identificáveis no âmbito da discricionariedade.

Analisando o conteúdo do ato tido por coator, verifico que a autoridade Impetrada respondeu satisfatoriamente ao pleito do Impetrante, demonstrando em seu contexto a impossibilidade de atender o interesse privado pelos motivos que expediu, o que, no entender desta Relatoria, afasta a alegação de falta de motivação e, assim também, do não atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

É que, a despeito da relevância de tese que suscite o debate sócio-político sobre alegada necessidade de reestruturação do serviço de saúde no Estado de Pernambuco que justifique o incremento na oferta de cursos para formação de profissionais na área de medicina, tal tema não configura direito subjetivo de quem quer que seja a ponto de ser tutelado na via do *Writ of Mandamus*.

Nesta análise preliminar, não diviso para os fins previstos no art. 7º, II², da Lei 12.016/2009, a relevância dos fundamentos da impetração, à vista da falta de plausibilidade da alegado direito, razão pela qual indefiro o pedido liminar.

¹ Art. 7º. Ao despachar a inicial, o juiz decidirá:

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

² In A Nova Lei do Mandado de Segurança, Cássio Scarpinella Bueno, 2ª Edição, Editora Saraiva, 2010.

Determino a notificação da autoridade indigitada coatora, enviando-lhe a segunda via com a cópia dos documentos, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias, consoante os termos do art. 7º da Lei nº 12.012/2009.

Findo este prazo, com fulcro no art. 12 da referida norma, determino a remessa dos presentes autos ao Ministério Público, para que o representante ministerial seja ouvido em 10 (dez) dias.

Cientifique-se o Estado de Pernambuco, na pessoa do seu representante legal, para, querendo, ingressar no feito, na forma do disposto no art. 7º, II do citado diploma legal.

É cediço que, de forma abstrata, todos os cidadãos podem usufruir dos bens públicos disponibilizados à sociedade. No entanto, tal fruição é condicionada à capacidade material e temporal, sem olvidar o gerenciamento pelo Poder Público.

No caso em análise, o que a Recorrente está a reclamar é direito líquido e certo à celebração de um convênio com o Estado de Pernambuco para que disponibilize leitos em hospitais públicos para os estudantes do Curso de Medicina da Faculdade Barros Melo, mas, através de uma análise inicial é possível aquilatar não está demonstrada a liquidez e a certeza do alegado direito, a tanto que a Recorrente pretende que se imponha a celebração de convênio como forma originária de relação jurídica a ser estabelecida.

É íntimo ao conhecimento deste tribunal que a celebração de convênio no âmbito da Administração se submete ao crivo de oportunidade e conveniência, não sendo razoável que o administrado invoque direito de impor a política administrativa que atenda à sua conveniência.

Ademais, a Recorrente deixa claro em suas razões que tal convênio seria um requisito meramente formal, demonstrando ausência de interesse na utilização desses leitos antes da abertura do Curso de Medicina.

Diante de todo o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, para que seja mantida a decisão interlocutória concedida no bojo do Mandado de Segurança nº 0297572-0, em todos os seus termos.

Recife, 25 de março de 2013.


Juiz José Marcelon Luiz de Silva
Relator Substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

312
4

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 05/03/2013
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 297572-0
IMPETRANTE: BARROS MELO ENSINO SUPERIOR LTDA.
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

RELATÓRIO - FL. 307 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Observo, como todos estão a observar, que vem à tribuna um advogado, evidente, para fazer sustentação oral. Inobstante que seja Sua Excelência pessoa conhecida da Casa e atuante neste Tribunal, faz-se mister que o mesmo decline seu nome e OAB e a parte que está representando.

Logo registro a minha discordância pessoal em relação à sustentação oral em agravos regimentais, mas sei que é praxe da Casa que assim seja; portanto, não vou sequer suscitar qualquer incidente a respeito, só vou pedir que seja consignado, na Ata, a minha oposição ao uso da tribuna para sustentação oral em recurso dessa natureza. Acho que a oposição é só minha, ninguém mais é contra e, portanto, peço a Sua Excelência que anuncie seu nome, a parte que está representando e número da OAB.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO - OAB/PE 16528,
REPRESENTANDO A PARTE AGRAVANTE E IMPETRANTE)

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimo Senhor Desembargador José Marcelon,
Digníssima Representante do Ministério Público Estadual,
Demais Membros desta Corte,

Senhor Presidente, ontem, no final da sessão da Corte Especial, foi julgado por esta Corte, pelo este órgão especial deste Tribunal, um recurso administrativo contra uma decisão do Presidente do Tribunal.

Este recurso, ele foi relatado pelo Presidente e, logo no início da colheita de votos, foi apresentado pelo Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira um voto divergente. Era um voto divergente que se calcava precisamente nos motivos determinantes da decisão do Presidente. E as palavras do Desembargador proferidas foram: *Senhor Presidente, pelos motivos determinantes, Vossa Excelência poderia dizer até que não adotava o ato porque não queria, mas, à luz dos motivos determinantes apresentados por*

CH



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Vossa Excelência, eu devo discordar. E o recurso foi provido à unanimidade, à exceção do voto do Presidente.

E a questão de fundo, a questão jurídica que aqui se discute, Senhores Desembargadores, ela pode ser comparada, de maneira grosseira, com a seguinte situação – imaginemos que um determinado cidadão precisa de um medicamento, acontece ao Estado e o Estado fornece esse medicamento. E, aí, um outro cidadão, acometido do mesmo mal, acontece ao Estado e diz: - Eu também quero esse medicamento. E recebe uma negativa. Qual é a negativa? O Estado diz: – eu não tenho esse medicamento, eu não posso lhe entregar.

E esse jurisdicionado vem buscar o socorro junto ao Tribunal, tentando provar que o medicamento existe e que é essencial à proteção da respectiva saúde, pedindo que o Estado-Juiz lhe assegure esse direito mesmo que foi entregue a um outro particular.

E a diferença aqui, Senhor Presidente, é que não é da saúde de pessoas que se discute, é a saúde do Município de Olinda, é a saúde do Estado de Pernambuco e a saúde do Brasil.

O jornal de domingo, na parte destinada ao noticiário nacional, traz a seguinte notícia: *Entrada de médico facilitada – polêmica: Governo Federal debate projeto que facilitará a vinda de médicos estrangeiros para tentar reduzir déficit na Saúde Pública.*

Há um problema crônico que assola não só Pernambuco, mas todo o País. Pernambuco, hoje, Senhor Presidente, é o quinto Estado, na Federação, com enorme número de médicos na relação médico por habitante.

Há, nos autos, uma entrevista do Governador do Estado, concedida há mais de um ano, onde ele se ressentia da ausência de médicos no âmbito do Estado de Pernambuco.

E, aí, dentro deste recorte mais geral, trago mais um grau de concretude na minha fala:

Os sócios da impetrante fazem parte de uma terceira geração de educadores em Olinda. Essa família, que investe na Educação desde a época do avô dos sócios da impetrante – Doutor Barros Melo, cientes dessa grande carência, procuraram uma consultoria em São Paulo, uma das maiores consultorias do Brasil, com 14 (quatorze) Faculdades de Medicina abertas em todo o País e a consultoria, antes de tudo, fez uma análise prévia para saber se o Estado, efetivamente, comportava mais uma unidade educacional na área de saúde.

Feita essa análise preliminar, foi aceito, foi celebrado o contrato, e aí começaram todas as sugestões, as recomendações da consultoria que foram paulatinamente implementadas nos últimos dois anos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

313
7

Foram investidos, Senhores Desembargadores, aproximadamente, seis milhões de reais nesse projeto. Há fotos nos autos tiradas há alguns meses, mostrando o adiantado das instalações. E, há dois anos, aproximadamente, foi solicitado ao Secretário de Saúde que fosse celebrado esse convênio, nos mesmos termos e, diante da disponibilidade, e, sobretudo, do interesse público primário fosse celebrado o convênio nos mesmos termos daquele celebrado com a Faculdade Maurício de Nassau.

Agora, há cerca de 30 dias aproximadamente, veio a negativa.

E essa negativa veio, Senhores, às portas da vinda do Ministério da Educação, para a inspeção final antes da análise acerca da abertura do curso. Foi aberto um formulário de terminologia técnica que indica que até o próximo dia 20 de março, o MEC estará visitando as instalações para verificar a adequação do projeto pedagógico, da situação do sistema de saúde, das instalações físicas, para que só, então, sendo a análise final positiva que haja a autorização para o funcionamento do curso.

E qual foi motivo determinante, o porquê da negativa da autoridade coatora – implicitamente, ele reconhece a necessidade, porque não apontou motivo outro, mas diz: Sistema de Saúde – as vagas destinadas à atividade prática, que é um tipo de vaga, qualitativamente diferenciada, ou seja, não é qualquer leito que pode ser utilizado para essa finalidade, no Estado todo há pouco mais de três mil, ele diz que não há vagas e, portanto, por esta razão precisamente não poderia celebrar convênio.

E aí, Senhor Presidente, demais Desembargadores, apesar de o Secretário de Educação ser indiretamente sócio de uma faculdade privada estabelecida, ele não tem, obviamente, a obrigação de ter um conhecimento aprofundado da legislação de regência na área educacional e que, sobretudo, porque sofre recentes modificações, uma delas havidas no início do ano em curso. Mas a verdade é que há vagas!

Na conta que foi apresentada pelo Senhor Secretário, ele computa quantitativamente vagas que não deveriam ser computadas. A própria instituição de ensino dele, dele não, desculpe o ato falho, da família dele, ela é praticamente autossuficiente, ela tem, conveniadas apenas, 48 vagas com o restante do sistema.

Há outros equívocos, mas que a pormenorização aqui nesta tribuna não seria possível no tempo que me resta.

Mas o que é determinante? O que é importante? Há a possibilidade que já é implantada, já foi implantada, tanto em Fortaleza quanto em São Paulo, do compartilhamento de vagas, o que, de pronto, já elimina o óbice que foi apresentado.

Q₃



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Seria, além disso, Senhor Presidente, demais Desembargadores, um erro grasso de uma consultoria com experiência – aceitar um contrato e permitir que se prosseguisse no investimento, quando, à partida, o projeto fosse inviabilizado pela insuficiência da estrutura do sistema público de saúde, que, desde o nascedouro do projeto, foi apresentado como a solução para a realização do estágio curricular obrigatório.

E eu queria, Senhor Presidente, trazer aqui também um argumento de ordem prática, que não é jurídica mas que é fundamental para formação do convencimento de Vossas Excelências, e que é o seguinte:

Mesmo que, *ex absurdo*, a tese do Secretário de Saúde fosse acertada, ou seja, que efetivamente não houvesse vagas no sistema – não haveria qualquer prejuízo para o Estado, por uma razão muito simples: a existência do convênio não vincula nem dispensa o Ministério da Educação da análise pormenorizada, não apenas deste requisito da suficiência de vagas, mas de todos os outros – muito mais rigorosos e que condicionam absolutamente o funcionamento de qualquer instituição de Ensino Superior, especialmente na área de saúde e mais especialmente ainda na Medicina.

Então, na eventualidade de o Secretário estar certo, no momento subsequente, não seria autorizado o funcionamento da faculdade, e o convênio, simplesmente, perderia o objeto.

E aí então, Senhor Presidente, o que se persegue aqui, neste momento, é que o recurso seja provido, para que a liminar seja deferida, considerando o equívoco, os motivos determinantes apresentados e de modo a garantir à impetrante a possibilidade de prosseguir na etapa final de avaliação pelo MEC, dando à Cidade de Olinda, ao Estado de Pernambuco e ao Brasil a chance de ter mais uma Faculdade de Medicina a permitir a formação de médicos e o melhor atendimento à população, o que configura, em sua plenitude, o atendimento ao interesse público primário que há de ser perseguido.

E, antes de finalizar a minha fala, pediria vênias para ler excertos de dois precedentes desta Casa, ambos de relatoria do Desembargador Fernando Ferreira, com destaque nos seguintes trechos:

Entretanto, casos há, e não são poucos, onde é tão flagrante o risco da demora em contraste com o menos acentuado ou mesmo quase inexistente perigo inverso (que é o caso - não há risco, não há perigo inverso), nos quais o poder geral de cautela que também se impõe ao magistrado em sede de revisão, recomenda que, independentemente de comprometimento mínimo com qualquer das teses em disputa, o relator preserve a atual situação das coisas na origem, para que frustrado ou quando menos severamente prejudicado, não reste o resultado útil do exercício recursal até o julgamento da controvérsia,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

314
L

nele emoldurada, com a presumível segurança jurídica resultante da decisão do órgão colegiado – juiz natural.

Outro precedente: *Entretanto, casos há, e não são poucos, onde é tão flagrante, (...).* Bom, nos mesmos termos e é precisamente, Senhor Presidente, Senhores Desembargadores, essa situação que hoje aqui se põe: Concedida a liminar, não há o mais mínimo prejuízo para um órgão estatal, ao passo que, com a negativa, com a manutenção da decisão agora agravada o resultado único é: O MEC venha até o dia 20, ausente o convênio – arquiva o processo e Olinda só terá a possibilidade de ter uma nova faculdade daqui a dois anos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

DOUTORA GIOVANA ANDRÉA GOMES FERREIRA (PROCURADORA DO ESTADO – OAB/PE 983-B)

Falarei em nome do Agravado Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco e da Pessoa Jurídica de Direito Público Interessada, que é o Estado de Pernambuco.

Senhor Presidente, Senhores Desembargadores, ilustre Representante do Ministério Público, Senhoras e Senhores aqui presentes,

A pretensão da impetrante é obter deste Grupo a concessão de liminar que obrigue o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco a assinar um convênio de cooperação técnica que possibilite a ela, agravante, utilizar gratuitamente de mil e nove (1009) leitos em Hospitais da Rede Pública Estadual de Saúde.

Está aqui em discussão, Senhores Desembargadores, a concessão de liminar que pressupõe, obviamente, a presença de dois requisitos essenciais que é o risco de ineficácia da medida e também o fundamento relevante.

E para verificar a existência do fundamento relevante, de certa forma, se impõe que se adentre, ainda que superficialmente, no mérito da demanda, qual seja – a existência ou não de um direito líquido e certo da impetrante, ora agravante, no sentido de ter direito de assinar convênio de cooperação técnica com a Administração Estadual, nos moldes que quer, na hora que quer, independentemente da existência do interesse da Administração na assinatura deste convênio.

E, por outro lado, a existência de uma obrigação do Estado de Pernambuco de assinar convênio de cooperação técnica ou outra espécie de convênio com quem quer que seja, na hora que esse interessado pleitear.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

E obviamente esse direito líquido e certo é inexistente, o que demonstra a inexistência de fundamento relevante na medida.

E esse direito líquido e certo inexistente, principalmente em virtude da autonomia de vontade que vigora não somente na área dos contratos, como também na área dos convênios.

Como também do princípio do compartilhamento, da reciprocidade de vantagens que devem existir no convênio.

Como falei no início da presente exposição, o que a impetrante quer é utilizar gratuitamente nada mais nada menos que mil e nove (1009) leitos em hospitais da Rede Privada.

O nobre advogado, que me precedeu, falou da importância da necessidade de novos profissionais de saúde no Estado de Pernambuco.

Mas eu pergunto: além dessa necessidade de novos profissionais de saúde, o que a Administração Estadual, o que o jurisdicionado estadual vai ganhar com a criação de um novo curso de Medicina, numa faculdade particular que, como se sabe, tem mensalidades, em média, de três, quatro mil reais. Que percentual da população pernambucana vai ter acesso a esse curso de Medicina?

E foi pensando nisso, de certa forma, fazer com que esse uso gratuito do espaço público de equipamentos públicos da rede de saúde se convertesse, de certa forma, em um benefício para a população em geral, que o Governador do Estado, em outubro passado, fez editar o Decreto Estadual 37297/2011, e esse Decreto cria o Sistema Forma-SUS.

Que Sistema é esse? É um Sistema que busca a reserva do percentual de vagas em faculdades privadas de Medicina para alunos egressos da Rede Pública de Saúde, com alunos da Rede Privada que sejam bolsistas integrais.

E esse Decreto, ele exige que para a Secretaria de Saúde firmem convênios de cooperação técnica com faculdades de Medicina para uso desses leitos para o estágio curricular – é essencial que a faculdade que pretende firmar esse convênio de cooperação técnica, reserve 10% dessas vagas pretendidas para esses alunos da Rede Privada.

Vou ler aqui, peço licença a Vossas Excelências para proceder à leitura de alguns artigos desse Decreto 37297/2011:

Art. 1º: Fica instituído o programa de bolsas para cursos técnicos e de graduação, no âmbito da Secretaria de Saúde, que tem como objetivo aumentar a oferta de bolsas integrais nas instituições privadas de Ensino



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

315
L

Superior e Técnico, que ministram cursos na área de saúde para alunos oriundos da Escola Pública ou bolsistas integrais em Escola Privada. As bolsas integrais de estudo de que trata o artigo anterior, serão concedidas para as instituições privadas de Ensino Superior e Técnico que utilizam os equipamentos públicos da Rede Estadual de Saúde como campo de estágio e de prática para seus cursos na área de saúde.

E regulamentando esse Decreto 37297/2011, o Secretário de Saúde fez editar também no ano passado, a Portaria Nº 689, que, novamente, exige que, antes da celebração desse convênio de cooperação técnica, para fins de estágio curricular, as instituições privadas de ensino façam adesão à Forma-SUS, procedendo com essa reserva de vagas.

O que se percebe, tanto da petição inicial do Mandado de Segurança, como da sustentação oral do causídico da impetrante, é que momento algum a agravante se mostra com intenção de aderir à Forma-SUS; requer simplesmente a reserva de vagas, sem nem ao menos demonstrar essa intenção de reservar 10% dessas vagas para os alunos de Escola Pública e Escolas Privadas que sejam bolsistas.

Além disso, eminentes Desembargadores, como direi, a assinatura desse convênio com a Secretaria de Saúde não é o único meio, pelo qual a agravante, ela poderá obter esses leitos exigidos pelo MEC para autorização do curso de Medicina.

Obviamente, a agravante poderia firmar convênios de cooperação técnica com hospitais da Rede Privada, hospitais Municipais, com o Governo Federal, como se sabe, temos aqui hospitais públicos federais, mas a pretensão é somente de assinar esse convênio com o Estado de Pernambuco.

Então, fazendo um paralelo, será que se a impetrante quisesse aqui agora obrigar um hospital da Rede Privada, por exemplo, o Hospital Português a assinar um convênio de disponibilização de leitos, será que esse Hospital privado seria obrigado a assinar esse convênio? Obviamente que não.

Se essa obrigatoriedade não poderia ser imposta a um hospital da Rede Privada, por que impor à Secretaria de Educação?

Em relação à inexistência dos motivos determinantes, para a rejeição do pedido, que seria a eventual existência de leitos suficientes, para reservar 1009 desses leitos para a instituição agravante, o agravante, em nenhum momento prova que as situações de fato existentes na época da assinatura dos convênios com as outras universidades particulares fossem as mesmas existentes no presente momento.

Então, foram requerimentos distintos, feitos em momentos distintos, em que obviamente as condições estruturais da Secretaria de Saúde eram outras.

PT



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, são sobre esses argumentos, Senhores Desembargadores, que o Estado de Pernambuco pede pelo desprovemento do Agravo Regimental.

VOTO DO RELATOR – ÀS FLS. 308/310 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Senhoras e Senhores, a despeito de se tratar de julgamento da manutenção ou não da decisão que indeferiu a liminar, em razão da natureza desta decisão, a liminar tem o pedido satisfativo, evidentemente que se poderia, e necessariamente se adentrará no mérito da questão, mas, de todo o modo, eu não me contive para apreciar a questão que nortearia apenas a certeza do deferimento ou não da medida liminar. E, passando o relatório da decisão agravada, leio o que assentei à época: (O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR PASSA A LER O SEU VOTO A PARTIR DA FL. 309 ATÉ 310 DOS AUTOS.)

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Antes mesmo de colocar em discussão, indago a Vossa Excelência se tem alguma questão de fato a respeito do que foi dito no voto e tão somente no voto do eminente Relator. Se for para fazer aqui réplica e tréplica sobre o que disse a Procuradora, sua palavra será cassada, porque aqui não é Júri.

A palavra é só para esclarecer questão de fato.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Pois não, Senhor Presidente, queria só esclarecer, queria só fazer um contraponto – nada do que foi falado pelo eminente Relator, mas sim informações, poucos dados.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Do que disse a Procuradora, sinto muito! Só se algum ... (interrompido).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

316
✓

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Se o Senhor quiser, eu consigno na Ata. Só se um dos outros Julgadores assim pedirem. Vossa Excelência não vai fazer réplica e tréplica aqui, em relação ao que cada parte disse.

Se algum dos Julgadores pedir algum esclarecimento, Vossa Excelência terá, se estiver habilitado.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Então, só uma consideração para Vossa Excelência, eu não insistirei mais.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Pois não.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

A questão é: foram prestadas as informações aqui que não correspondem ao que está em debate nos autos. Isso pode influenciar o convencimento, mas se Vossa Excelência ... (interrompido).

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Doutor Ronnie, os Julgadores ouviram o relatório, ouviram as duas partes atentamente e ouviram o voto do eminente Relator. Se há alguma informação que foi trazida pela Senhora Procuradora que Vossa Excelência diz que não condiz com a matéria fática, e algum dos Julgadores pedir esse esclarecimento, porque se Vossa Excelência voltar a falar, dizendo que não foi, volta a falar, vamos acabar amanhã assim.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Muito obrigado. Peço desculpas a Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

É algo que até o Código de Processo proíbe que é sustentação oral nesse tipo de processo. Já há uma liberalidade nessa concessão.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Muito obrigado, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

A matéria está em discussão.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Senhor Presidente, verifico, pelo voto do eminente Relator, e depois de ouvir a sustentação oral, tanto do advogado do agravante quanto da eminente Procuradora do Estado, que esse Agravo Regimental, resultante de uma negativa de uma pretensão liminar em mandado de segurança, promovido pela agravante contra ato administrativo que negou a celebração de convênio entre o Estado de Pernambuco e a agravante, para o compartilhamento dos leitos dos hospitais da Rede Estadual de Saúde, pelos seus futuros alunos do Curso de Medicina, durante o internato, que é o estágio curricular obrigatório que os estudantes de Medicina são obrigados a fazer no quinto e sexto anos.

Estou aqui de posse de um memorial distribuído pelos advogados dos agravantes antes. E tenho algumas dúvidas em relação ao que está aqui colocado e, por isso, Senhor Presidente, gostaria de solicitar um esclarecimento do advogado dos agravantes, para que o mesmo esclareça, porque há uma confusão aqui colocada tanto pelo eminente Relator, em seu relatório, como da sustentação oral da douta Procuradora do Estado, em que, no Mandado de Segurança, os impetrantes buscam 1009 vagas, quando aqui, no memorial, está dizendo que ele busca 600 vagas, correspondentes a 600 leitos.

317
4

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Em segundo lugar, traz ele, disserta sobre o número de 3.051 (três mil e cinquenta e um leitos) disponíveis nos hospitais, objeto do convênio; quer dizer, que hospitais seriam esses? E qual a resposta, se a resposta do Senhor Secretário de Saúde diz que são 770 leitos nessa área, o que levaria esse número de leitos disponíveis, dentro do Estado de Pernambuco, para 3.867 leitos disponíveis. E eu não estou realmente compreendendo bem essa disposição e, por isso, peço licença a Vossa Excelência para indagar do eminente advogado, que esclareça essa questão. Não estou realmente compreendendo bem. O pedido é de 1009 leitos ou de 600 leitos? Até que compreendo os 3.051 leitos disponíveis no Estado de Pernambuco, os leitos públicos disponíveis, acrescidos desses 770 leitos.

O que significam esses 770 leitos, na resposta do Senhor Secretário?

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Vossa Excelência poderia esclarecer essas duas indagações?

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Sim, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Então, fique à vontade.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Na verdade, Desembargador Fernando Cerqueira, não são quaisquer vagas do Sistema de Saúde que podem ser utilizadas para essa finalidade, apenas e tão somente aquelas que estão reconhecidas como pleitos de hospitais de ensino. E isso restringe sobremaneira e o único hospital privado, mas que funciona exclusivamente com o SUS, que detém hoje essa condição, é o IMIP.

A Legislação do MEC, ela exige cinco vagas para cada aluno admitido no Curso de Medicina. Então, no caso específico da Faculdade de Medicina de Olinda, e, como, de resto, os demais estabelecimentos – a necessidade é de 600 leitos, porque são 120 vagas multiplicadas por cinco – cinco vezes 120, são 600 leitos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

São 600 leitos que estariam disponíveis, é isso?

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Não, 600 leitos que ele precisa.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Há muito mais de 600 disponíveis, e abstraindo a questão do compartilhamento.

A necessidade da instituição de ensino superior – é de 600 leitos. Agora, também queria dizer a Vossa Excelência, nesse contexto da pergunta, que o convênio que foi celebrado com a Faculdade Maurício de Nassau não especifica a quantidade de leitos. Credencia toda a Rede de Saúde e permite que seja disponibilizado de acordo com as condições do Sistema. E a faculdade está funcionando, acho que, inclusive, já partiu para o segundo vestibular.

No caso específico da faculdade, do IMIP, da família do Secretário de Saúde, como ele tinha um hospital privado, só foram conveniadas 48 vagas; aí, houve, por essa particularidade, a especificação do quantitativo.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Compreendi e agradeço muito.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Excelência, atendeu?

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Compreendi. Gostaria, agora, de me dirigir ao nobre Relator. Compreendi perfeitamente o voto de Vossa Excelência, foi sucinto, foi claro, foi objetivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Mas eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que fizesse a leitura da resposta do Senhor Secretário de Saúde.

Vossa Excelência poderia fazer isso?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Pois não, Desembargador. Mas, eu, antes quero esclarecer que o pedido dirigido ao Senhor Secretário de Saúde foi de 1009 leitos, assim distribuídos: 300 leitos no Hospital Getúlio Vargas, 309 leitos no Hospital Barão de Lucena e 400 leitos no Hospital Agamenon Magalhães.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Trezentos e nove para o Getúlio Vargas?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Trezentos, trezentos e nove e quatrocentos para no Agamenon Magalhães.

Isto foi feito pelo saudoso Professor Inácio de Barros Melo, em maio de 2011, em que Sua Excelência declarava a intenção de fazer o convênio para atender a um antigo sonho que seria a instalação de uma Faculdade de Medicina. E é nesses termos que está, inclusive, lavrado o requerimento, pedindo ao Secretário que o apoie nessa empreitada.

Quanto à resposta, a resposta foi emitida com os seguintes termos, *ipsis litteris*:

Em resposta ao requerimento protocolado (aí diz o número, em data de tanto), que trata do pleito de celebração de convênio com a Rede Estadual de Ensino, com vistas à disponibilização de 1009 leitos para serem utilizados por estudantes do Curso de Medicina (ofício anexo). Considerando as diretrizes curriculares do Curso de Medicina, cujo projeto pedagógico deve buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assistência; Considerando que a formação médica inclui uma etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de treinamento em regime de internato em serviços próprios ou conveniados com duração mínima de duas mil e setecentas horas; Considerando que o estágio curricular obrigatório de treinamento em serviço incluirá necessariamente aspectos essenciais de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Saúde Coletiva, devendo incluir atividades no primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção em cada área; Considerando que é política da Secretaria Estadual de Saúde o fortalecimento da estratégia de integração, ensino e serviço, abrindo estágio para diversas instituições de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ensino superior e ensino técnico; Considerando que a distribuição de vagas para o internato de Curso de Medicina se dá através de reuniões entre os serviços e os cursos já existentes em Pernambuco, em especial, os da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Pernambuco, que ocupam mais de 90% das vagas de nossos hospitais; Que para atender às diretrizes do MEC também utilizam leitos em outros hospitais, que não o da Rede Privada dessa Secretaria; Considerando que, hoje, os leitos disponibilizados pelas hospitais de ensino estão preenchidos nas quatro áreas básicas, uma vez que essas totalizam apenas 770 leitos; Considerando a capacidade do nosso serviço de absorver quaisquer novas demandas de vagas com compromisso de garantia e qualidade do atendimento e o treinamento em serviço, respeitando as especificidades de cada clínica e obedecendo à legislação vigente, uma vez que já acolhe mais de três mil estudantes na rede, vimos informar a impossibilidade de atender o pedido.

E assim é assinado, subscrito pelo Senhor Antônio Carlos dos Santos Figueira, Secretário Estadual de Saúde.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Senhor Presidente, agora, eu pediria ... (interrompido).

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Só um minutinho, por obséquio, senão nós vamos tumultuar a palavra está com o Julgador. Está tão difícil – sete pessoas aqui e o Senhor interrompe, um momento por gentileza.

Vossa Excelência está satisfeito com a resposta?

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Senhor Presidente, com o esclarecimento feito, estou satisfeito. É evidente que, posteriormente, voltarei ao debate.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Fique à vontade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

319
L

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Mas a minha dúvida está satisfeita.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Vossa Excelência tem algum esclarecimento de fato sobre o que disse o eminente Relator?

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Na verdade, havia um requerimento primitivo que considerava os números que se teriam disponíveis naquela altura, mas às fls. 42 e 43 dos autos, há um requerimento que foi imediatamente precedente às informações, à negativa prestada, onde a necessidade é de cinco leitos por vaga, e o pedido é especificamente para que se conceda à Faculdade de Medicina de Olinda o mesmo que foi concedido à Faculdade Maurício de Nassau.

É só esse esclarecimento que eu queria prestar, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

A Corte agradece.

Continua em discussão.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Presidente, na verdade, não teria nenhum questionamento a fazer, tenho já uma posição firmada sobre a matéria. Apenas faria uma ponderação que não estamos aqui a cuidar do mérito do Mandado de Segurança, o que estamos a examinar é se há relevância na fundamentação e há eventualidade de um



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

perigo de um dano irreversível, isso evidentemente dentro do critério de análise de cada um de nós. Cada um vai se convencer e vai votar. Apenas era esse o registro que eu queria fazer, Senhor Presidente, porque, na medida em que nós estamos a questionar detalhes formais que serão examinados pelo MEC, eventualmente, caso a liminar seja concedida, e aqui eu faço uma suposição do deferimento do direito, ou caso não seja – não é feita a inspeção e aí o próprio processo perde o objeto, então, o que me parece que deve o Colegiado, com todo o respeito a todos os demais, se ater é: há esta relevante fundamentação e o perigo da demora?

Apenas isso. Esse é um registro que eu faria, Senhor Presidente, só isso mesmo.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, ainda em discussão, creio que, não obstante a pauta esteja cheia, e haja outros processos em condição de julgamento, e não obstante a delicadeza do ponto, não me sinto realmente confortável em tocar, ainda que *en passant*, em alguns aspectos que foram tratados da tribuna, notadamente pelo advogado da impetrante.

Ouvi, pelo menos, três referências de que a autoridade coatora, o Senhor Secretário de Saúde, lhe foi apontada a condição de proprietário indireto ou interessado indireto numa Faculdade concorrente, que teria por base os leitos do IMIP.

Essas referências sucessivas, muito embora não explicitem, causam a mim a impressão de que há uma desconfiança em relação à motivação do ato.

Essas colocações, com algum grau de ambiguidade, são muito ruins, penso eu, para o processo judiciário, porque se há, na visão dos impetrantes, alguma conotação de favorecimento ou de perseguição à faculdade que pretende se instalar, isto precisa ser dito explicitamente, senão há de ser também afastada explicitamente.

Esse é um ponto, já que o nobre advogado se coloca à tribuna, pediria ao Presidente para ouvir o advogado em relação a esse aspecto da intervenção de Sua Excelência.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Eu gostaria que Vossa Excelência prestasse esse esclarecimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

320
✓

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Senhores Desembargadores, eu até, pela minha condição de parente dos sócios, talvez, eu peque por um lapso de clareza. Na verdade, eu queria afastar peremptoriamente essa informação e justificar a referência que fiz.

A referência foi feita, Senhor Presidente, precisamente para destacar que, apesar de ter alguma ligação com a área educacional, o Senhor Secretário, ele não se ver livre da possibilidade do cometimento de equívocos, como aquele que entendo que foi cometido nessa oportunidade.

Então, apresento expressamente o afastamento dessa conjectura que foi levantada pelo Desembargador Bandeira de Mello e peço à Corte desculpas por não ter sido suficientemente claro em relação aos objetivos por mim visados com a referência.

Desculpe-me, Desembargador Bandeira.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, que, com essa sua intervenção, deixa a mim e seguramente à Corte, em condição mais confortável, já que não há de se cogitar, aqui, na espécie, que o Senhor Secretário de Saúde tenha atuado com desvio de finalidade, o que se imputa a ele é um equívoco na apreciação da matéria fática.

E, aí, Senhor Presidente, com a permissão também aí do Colegiado, parece-me, aí, por dever de ofício, o nobre advogado, com a difícil, como declinou aqui da tribuna, uma difícil, muitas vezes, ingrata tarefa de advogar em circunstâncias em que há um envolvimento também familiar, mas, e lamentando, como cidadão, como recifense, sobre mais como pernambucano, que a iniciativa privada, representada pelo impetrante, não tenha, pelo menos até agora, chegado a uma composição administrativa com o Governo do Estado, em ordem a viabilizar o desenvolvimento, a instalação, implantação de uma nova Universidade no solo pernambucano.

Agora, isto não significa, a meu pensar, que possa o Tribunal se substituir à Administração. E, aí, muito embora seja que, de fato, o juízo de mera verossimilhança, não posso me furtar de compartilhar com o Colegiado, poderia, certamente, aguardar o voto, mas me parece que a decisão é delicada por duas razões, por ela ter ação dúplice.

De um lado, temos a preocupação, já aqui registrada pelo eminente Desembargador Ricardo Paes Barreto, e anotada pelo também nobre

17



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

advogado da tribuna, que o investimento já foi feito, já há um encaminhamento da Universidade nesse sentido.

Porém, o que a Universidade pretende agora é o comprometimento do Estado, fornecendo ao MEC informação de que estarão disponíveis daqui a quatro ou cinco anos, ao final da residência, ou um mil e nove, como requerimento originário, ou seiscentos, como se coloca agora.

Creio que a questão não está muito em discutir se é mil e nove ou seiscentos. Mas, simplesmente, de observar que existe base fática suficiente para afirmar que Rede Pública contempla ou não contempla espaço para essas vagas daqui a quatro ou cinco anos.

Impõe-se à Secretaria de Saúde assinar, desde agora, assinar um convênio, reservando vagas pedagógicas que vão ser operadas daqui a quatro ou cinco anos, porque se, de fato, é verdade que o prejuízo está na iminência de sofrer por assim dizer, muito embora aí seja risco da atividade, que se foi contratada uma consultoria, se este pedido foi formulado em 2011 e nós estamos em 2013, o MEC vem se apresentar à equipe de fiscalização dentro de poucos dias, fica difícil compreender porque a emergência chegou a este ponto de ser necessária uma liminar que obrigue o Secretário de Saúde a assinar um convênio que, a todas as luzes, tem um propósito de viabilizar documentalmente a tramitação do processo junto ao Ministério da Educação, daí porque o Desembargador Marcelon colocou: é possível obrigar o Estado de Pernambuco a celebrar um determinado convênio?

Antes do início da sessão, tive enorme dificuldade de admitir, com toda a sinceridade, a mera concepção teórica dessa ideia.

Noto, a partir das declarações trazidas pela eminente Procuradora do Estado na tribuna, que, de algum modo, existe uma política pública estabelecida pelo setor e para o setor e, no âmbito do moderno controle jurisdicional dos atos administrativos, sabe-se que, muito embora caiba ao Estado fazer, optar, decidir pela política pública, uma vez fixados os parâmetros da política pública, todos os agentes sociais, inclusive, os da iniciativa privada, devem ser tratados de maneira isonômica.

Penso até que por esse viés do dado trazido pela Procuradora e segundo me disse ontem, em gabinete, o eminente Advogado da tribuna, a Universidade se dispõe a dar a contrapartida referida no Decreto, que seriam os 10% das vagas, oriundos do Sistema Público, mas ainda assim o questionamento se coloca - há ou não base fática suficiente para asseverar que a Rede Pública comporta diversamente do que o Secretário, peremptoriamente, afirma na sua decisão de indeferir, e mais ainda - se, no âmbito dessa política pública, é lícito ao Estado estabelecer alguma ordem de prioridade, já que noticiado também pela tribuna - é algo para que avaliemos, sabedores também de que a dinâmica dos fatos muda, se o convênio celebrado com a Faculdade Maurício



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

321
L

de Nassau não prevê número de vagas determinado, significa que pode ser todas ou pode ser nenhuma, o que gera uma certa dificuldade de compreender como é que um convênio dessa natureza possa ser aceito pelo MEC.

Por outro lado, o que me preocupa é o lado inverso de que o Tribunal eventualmente defira uma liminar para que este convênio seja assinado com uma base fática inserta, este curso termine por ser autorizado e vá funcionar, muito embora exista um elemento dele, muito embora que só vá ser, na prática, exigido daqui a quatro ou cinco anos, mas calcado em bases tão faticamente precárias.

Quer-me parecer, portanto, que a questão aqui realmente é dúplice.

E, para finalizar, Senhor Presidente, acho que, como o Desembargador Ricardo Paes Barreto colocou a questão, eu indagaria ao eminente Desembargador Marcelon se Sua Excelência visualizou ou acha que é possível fora a tese do compartilhamento, porque a invocação da tese do compartilhamento, parece-me que referenda, pelo menos, à minha primeira vista, referenda a posição do Secretário de Saúde, se é necessário para entender que haja disponibilidade de leitos, que os leitos já utilizados por alguma unidade de saúde sejam compartilhados por uma novel Universidade já daria aderência fática a posicionamento do Secretário.

O que eu pediria um esclarecimento, Desembargador Marcelon, que eu não entendi, e é o último dado, talvez, que precise, é de que, na resposta do Secretário de Saúde, eu anotei aqui, pareceu-me que ele diz que 90% dos leitos disponíveis para essa prática são destinados à UPE e à UFPE, e aí ele diz que são 700 leitos. Esses 700 leitos, não entendi a que se referem.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Não, Senhor Desembargador, ele diz que 90% desses leitos já estão ocupados. E que, grande parte, por alunos da Universidade Federal e da UPE e os 770 leitos, que ele se refere, são aqueles leitos destinados a treinamento de alunos universitários que comportam as quatro clínicas básicas.

Então, a referência é nesse aspecto, ou seja, são leitos que estariam, digamos assim, tecnicamente disponíveis para essa finalidade.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Desculpe, Desembargador, pelo que se infere daí, o total de leitos seria 700 leitos?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Setecentos e setenta (770) leitos.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Setecentos e setenta (770) leitos, segundo o Secretário ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Quer que releia o tópico a que ele se manifesta?

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Essa é a minha dúvida. Pela lógica, seria assim: teria 700 leitos grosso modo ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Eu leio, é curto, dá para compreender:

Considerando que a distribuição de vagas para o internato do Curso de Medicina se dá através de reuniões entre os serviços e os cursos já existentes em Pernambuco, em especial os da Universidade Federal e da UPE, que ocupam mais de 90% das vagas dos nossos hospitais e que, para atender as diretrizes do MEC também utilizam leitos de outros hospitais que não os desta Secretária.

Ele quis dizer que, na verdade, mais de 90% já estão utilizados com esta finalidade e que o restante da necessidade está sendo utilizado na iniciativa privada.

E aí diz: *Considerando que, hoje, os leitos disponibilizados pelos hospitais de ensino estão preenchidos nas quatro áreas básicas, uma vez que estas totalizam apenas 770 leitos.*

Então, ele quer dizer o seguinte que, nas quatro áreas, em que é necessário o treinamento de alunos, só o Estado teria 770 leitos disponíveis.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

322
Z

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Satisfeito, agradeço, eminente Desembargador. E encerro, Senhor Presidente.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Desembargador, só um último esclarecimento aqui também para o Desembargador Relator. A princípio, trata-se de um ato discricionário, que foi formulado esse pedido ao Secretário e o Secretário, então, negou. A partir do momento que ele negou, ele deu motivo, o motivo foi: não tenho leito disponível, estão pedindo 1009, eu só tenho disponível nessas quatro áreas bases 770, e, portanto, indefiro. Dessas 770, 90% já estão ocupados pela UPE e UFPE.

Então, em síntese, é isso – ele pediu 1009, e o Secretário negou, dizendo que só tinha 770. Desses 770, disponíveis para o treinamento, 90% já estava ocupado. Então, é um ato discricionário. A negativa foi - não tenho leitos disponíveis. Agora, a pergunta é: ele está alegando, o impetrante, um vício de motivo – falta de correspondência do motivo com a realidade fática ou jurídica, ou seja, ele está dizendo – ele deu motivo, ele se vinculou a esse motivo, que era a inexistência de leitos, mas, na verdade, não existem só 770, existem 3.051 leitos disponíveis.

Então, eu pergunto – na verdade, existe a prova pré-constituída nos autos de que possui realmente esses 3.051 leitos disponíveis ou apenas os 770, porque o impetrante para poder comprovar esse vício de motivo que conduziria a uma ilegalidade, ele teria que provar – prova pré-constituída, porque ia estar em sede de Mandado de Segurança, que, na verdade, não só existem os 770, mas sim uma quantidade superior, no caso, de acordo com o que está escrito aqui no memorial – 3.051 vagas.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Desembargadora, eu não me manifestei a respeito do quantitativo de vagas efetivamente disponíveis no âmbito do serviço de Saúde Pública do Estado, porque me parece que este seria uma abordagem para o julgamento do Mandado de Segurança. No entanto, eu li os autos e não constatei uma prova efetiva. O que existe nos autos é um estudo de uma consultoria, formulado a pedido da impetrante e que ela tece as suas críticas a cada um dos itens respondidos pelo Secretário.

Li essa abordagem e também não encontrei, numa primeira leitura, numa primeira análise, nenhum fundamento que fizesse com que eu, pelo menos, refluísse na minha proposta de manter indeferida a liminar. De modo que os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

3.051 leitos, na verdade, não estão, nessa primeira análise, por mim detectados como prova pré-constituída.

O que existe, na verdade, como fundamento de prova nos autos, sem fazer análise aqui, são notícias jornalísticas a respeito da opinião de autoridades, incluindo o Governador do Estado, a respeito da carência de médicos e do serviço de Saúde do Estado de Pernambuco, notícias jornalísticas a respeito da intenção governamental, no âmbito federal, de alavancar os serviços de saúde, inclusive a criação de cursos na área de Medicina. E também uma estatística de um Conselho Federal a respeito da situação de Pernambuco em relação ao número de habitantes – por cada dez mil habitantes – é dito que Pernambuco tem 1.39 médicos e por cada dez mil habitantes diz que Pernambuco tem 0,55 leitos disponíveis.

Em suma essa é a prova que estaria coligida nos autos e também a de que, numa Universidade congênere teria obtido sucesso no seu pleito de compartilhar os leitos, e, aí, invoca-se, então, o princípio da isonomia.

Em síntese, seria isso.

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Senhor Presidente, queria só fazer um esclarecimento.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Doutora Virgínia, ... (interrompido).

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Queria só fazer um esclarecimento em relação ao que foi dito, por favor. Há prova nos autos, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Eu lhe indagarei já, já. Se é isso que Vossa Excelência, ... (interrompido).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

323
4

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Assim, está tumultuando o julgamento. É impossível! São sete com perguntas e Vossa Excelência a interromper a cada segundo.

Vossa Excelência está satisfeita com a informação?

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Só uma última aqui - é que colocou - fls. 224/238 - é uma relação de leitos, no cadastro nacional de estabelecimentos de saúde, disponíveis no site do Ministério da Saúde.

Essa documentação de fls. 224/238 também não diz de forma clara e expressa a existência desses 3.051 leitos.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR

Senhora Desembargadora, é porque nem todos os leitos existentes no Estado de Pernambuco são disponibilizados com esta finalidade e para esta finalidade. Nem todos os hospitais do Estado de Pernambuco têm essa tendência, essa natureza de hospital-escola na área de Medicina.

Então, essa quantidade de leitos, pode existir até mais do que isso, mas disponibilizados, eu, por enquanto, estou com a palavra do Senhor Secretário.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Desembargadora Virgínia, Vossa Excelência ainda tem indagação?

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Pronto, então, não existe esse documento específico dizendo isso, não é?

P₂₃



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Leitos com essa finalidade não.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Certo, satisfeita, Desembargador.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Já assegurei a Vossa Excelência, onde Vossa Excelência diz que tem prova pré-constituída nos autos, na ocasião oportuna, os Senhores Julgadores, Vossa Excelência não se inclui, lamentavelmente, nesse quadro, porque se assim tivesse chegado pela OAB, estaria abrilhantando o julgamento, Vossa Excelência aguarde, por favor, um pouco.

Desembargador José Ivo, Vossa Excelência disse que tem indagações a fazer.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Senhor Presidente, só um esclarecimento, até fazendo aqui um complemento daquilo que a Doutora Virgínia indagou ao Doutor Relator, dentro daquilo também que se encontra, todos nós recebemos um memorial – no item 08 e seguintes, quando a parte agravante menciona que se encontra comprovado, documentalmente, no *Mandamus*, a questão do equívoco, do motivo que fora apresentado pelo Secretário e no item 11, que é apresentado como terceiro lugar, vem o argumento de que estariam afastadas 90% das vagas dos hospitais e que existiriam ainda 26,93 de leitos disponíveis. E faz uma menção ao pé da página no item 03, dizendo que esses números oferecidos anualmente para cada IES, às fls. 173/184, então, multiplicado por cinco e analisando percentualmente em relação aos números de leitos nas quatro áreas básicas nos hospitais da rede estadual, conforme provas apresentadas pelo agravante às fls. 224/238

Então, parece-me que o agravante mostra, dentro das faculdades existentes, como a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade de Pernambuco, a FPS e a FMN que, mesmo a utilização dos leitos, lógico que para o funcionamento depois do quinto, sexto ano, haveria a necessidade para esse estágio, então, restariam, ainda, 26,93. É isso que eu gostaria de indagar ao Relator com relação a esta prova, se está inserida dentro dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

324
/

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Senhor Desembargador, é um prazer esclarecer. Na verdade, o que a impetrante traz é o espelho, ou seja, ela copiou de um sítio da rede mundial de computadores um relatório em que oferece alguns dados relacionados a leitos no Estado de Pernambuco.

Ocorre que ela faz um estudo comparativo, um estudo de origem de valor, determinando, por exemplo, que o leito, em síntese, não seria ocupado nem utilizado por um aluno de uma determinada instituição durante todo o período que está disponibilizado.

Então, haveria horários em que aquele leito podia ser compartilhado com outras Universidades.

Não adentrei no estudo de análise dessa questão, que me parece que ela está voltada para a análise do Mandado de Segurança, em razão do que e eu me limitei a tratar da questão da liminar sem adentrar com profundidade nessa questão.

Existe nos autos um documento que fala dessa estatística, mas que não levou em consideração para indeferir a liminar.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Estou satisfeito.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Desembargador Marcelon, na mesma linha, com a permissão do Presidente, para simplificar, Desembargador Marcelon, Vossa Excelência poderia extrair e ler o que tem no cabeçalho deste tal documento. Qual é a origem? É um documento, provavelmente, pelo que estou entendendo, do Ministério da Saúde, vamos ver da data, qual é a?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Pois não. O documento é do DATASUS. Não está bem legível, mas é um Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e traz então: consulta – estabelecimento – modo hospitalar – leitos, e relaciona que por especialidade médica, por exemplo: cirúrgico, clínico, pediátrico e outras especialidades. Tem várias páginas e vai mencionando leitos existentes, leitos do SUS ... (interrompido).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

E tem aí, em algum canto, um item que diga respeito aos leitos destinados à atividade pedagógica?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Senhor Desembargador, eu não constatei da leitura que fiz até então.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Não há?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Não há. Fala-se em SUS, inclusive, isso está destacado com aquele lápis de marcar texto – são os leitos destinados ao SUS, especificamente ao SUS. Está aqui, quem quiser ter vista dos autos.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Desembargador Marcelon, isto tem alguma data? O relatório, não a data da impressão, mas a data dos dados, da base de dados.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Senhor Desembargador, não é possível lhe responder essa pergunta, porque o documento traz uma consignação, diz: competência atual, mas não traz nem data da impressão na origem da Internet.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Então, em suma, este documento que estávamos a discutir se eventualmente constituiria ou não prova pré-constituída suficiente para identificar o quantitativo de vagas, nem indica quantas podem ser utilizadas para este fim pedagógico nem sabemos a qual competência se refere, sendo certo também que é uma informação do SUS, certamente, calcada nas informações da própria Secretaria de Saúde, que integra, inclusive, a gestor estadual do SUS, mas não é informação da Secretaria de Saúde.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

325

Estou satisfeito, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Peremptoriamente, não.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Senhor Presidente, só para ficar mais assim esclarecido, esses documentos foram oferecidos na impetração?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Na impetração.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Nas informações apresentadas pelo Secretário, ele fala alguma coisa desses documentos?

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Não, Senhor Desembargador, como li aqui, as informações, agora, do impetrado, não tenho acesso, porque ainda não transitou esse período. A resposta do ato do Senhor Secretário que ele não toca nesse assunto pormenorizadamente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Tem alguma indagação ainda de qualquer Desembargador? Não.

Então, Vossa Excelência tem a palavra para esclarecer as matérias de fato, sejam aquelas da pergunta da Doutora Virgínia que Vossa Excelência interrompeu assim rapidamente, seja sobre a outra resposta sobre matéria fática.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DOUTOR RONNIE PREUSS DUARTE (ADVOGADO OAB/PE 16528)

Renovo as minhas desculpas a Vossa Excelência, mas é um esclarecimento importante. A matéria realmente é complexa, eu próprio tive dificuldade de apreender as minúcias, mas esse relatório que foi juntado, Senhor Presidente, é um relatório atual, disponível na Rede Mundial, e que diz exclusivamente respeito aos leitos exclusivamente dos hospitais de ensino. Se restringiu a isso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA (RELATOR)

Só para esclarecer à Corte, não consta esse dado que o nobre Advogado mencionou de tratar-se de hospital de ensino.

Consta – hospitais. Aí, hospitais, ele diz: leitos relacionados ao SUS, não aqueles leitos destinados ao estágio de alunos de Curso de Medicina.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Portanto, estamos em condição de proferir julgamento e vou colher votos.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Desembargador Presidente, depois de todos esse esclarecimentos, então, vou votar, acompanhando o Desembargador Relator, na medida em que não visualizo o vício de ilegalidade apontado neste momento, nesta fase de cognição sumária, porquanto, segundo o Relator, inexistente documento nos autos que sirva para evidenciar a existência de número de leitos disponíveis superior a 770, o que serviria para demonstrar a falta de correspondência do motivo – inexistência de leitos com a realidade fática.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA

Senhor Presidente, Eminentíssimos Pares, na realidade, peço vênias ao nobre Relator para divergir, considerando que existem as limitações o poder discricionário do Secretário.

Aproveitando, inclusive, queria até ressaltar – conheço pessoalmente o Secretário, sei da lisura, sei da sua competência, inclusive, aqui, no momento,



326
L

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

não estou pondo em dúvida a sua seriedade na condução desse procedimento administrativo.

Entendo que os requisitos, para a concessão da liminar, foram preenchidos. Não há prejuízo para o Estado, caso conceda, caso seja formalizado este convênio, como muito bem ressaltado, em caráter precário, uma vez que o MEC, no momento oportuno, analisará todos os demais requisitos. E posso até dizer – todos os requisitos necessários para tal autorização.

Peço, inclusive, vênias aos presentes, eu consultei aqui o site e constatei que o MEC também prevê vários outros requisitos para que esse Curso de Medicina seja, de fato, concedido.

Então, concedo a liminar perseguida, considerando que foi, como relatado, em caráter precário e que caberá, no momento oportuno, ao MEC auferir todos os outros requisitos e caso isso não seja deferido, haverá dano irreparável ao direito das ora agravantes.

É assim que entendo, Desembargador, pedindo vênias ao Relator.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Dando provimento ao Regimental?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA

Exatamente.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Senhor Presidente,
Senhora Procuradora Doutora Ana,
Demais Pares,

Vejo aqui a questão, combatendo-se a decisão do Secretário, e nós sabemos que na atual doutrina do Direito Administrativo, inclusive, José de Carvalho Santos Filho menciona a questão das limitações do poder discricionário, portanto, essa moderna doutrina, sem exceção, tem consagrado a limitação a este poder, possibilitando um maior controle do Judiciário sobre os atos que deles derivem.

Outro fator também que o douto Professor e Mestre no assunto, menciona - é que a verificação dos motivos inspiradores da conduta, se o agente não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

permite os fundamentos de fato e de direito que mobilizam a sua decisão, em certas situações, em que seja necessária a sua averiguação, haverá, no mínimo, a fundada suspeita de má utilização do poder discricionário e o desvio da sua finalidade.

Pois bem, o que nós vimos aqui e dentro daquilo que fora apresentado pelo agravante, inclusive, a questão que se prende à concessão da liminar do que seria baseado no perigo da demora e da fumaça do bom direito, sem dúvida, pelo que fora apresentado, pela documentação como aqui fora esclarecido na impetração, a questão ou da constatação de que existem disponíveis, através da documentação que fora apresentada e lida aqui pelo Relator, sendo que não poderia se especificar que as vagas existentes seriam exclusivamente para fins pedagógicos, mas teriam que ser, porque todas as vagas dos hospitais, hoje, é pelo Sistema Único, a não ser que a Universidade tenha o seu próprio hospital, então, tem que se utilizar da Rede Pública.

Então, se está confirmado 26,93% dentro dos percentuais que foram apresentados, através do próprio Sistema de Saúde, aqui lido pelo Relator, dentro desse estudo que existe – 26,93% não se pode querer reduzir e dizer que não há vagas para a utilização dos futuros alunos que estiverem no quinto ou sexto ano de Medicina.

Então, vejo que, neste caso, existe o perigo da mora em favor da Instituição. Porque se há necessidade de ela ter essas vagas, para poder o MEC dar autorização de funcionamento. Se não tiver, ela não se instala, está toda equipada, mas não pode funcionar.

Então, Senhor Presidente, o perigo de mora de quem é? Então, existe essa questão.

Então, a meu ver, acho que esse ato discricionário fugiu dessa especificação, desse estudo mais aprimorado para se poder verificar e não prejudicar o que bem aqui fora discutido da possibilidade de se criar, especialmente, no Município de Olinda, uma Faculdade de Medicina que irá beneficiar a região norte e, sendo assim, esse perigo existe e sem dúvida também a fumaça do bom direito, que, a partir do momento que há autorização, existe autorização legal para esse funcionamento, então, existem os dois requisitos essenciais para a concessão da liminar.

Então, peço vênias ao Relator e concedo, portanto, a liminar, dando provimento ao Regimental.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,



327
L

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Senhora Procuradora de Justiça,

O primeiro aspecto que forma o meu convencimento é simples. Nós temos, nos autos, dois documentos – 1 – um relatório extraído do SUS, em relação ao qual um relatório da Internet, cuja autoria é imputável à União Federal, uma autoridade individualmente considerada.

Esse documento do SUS, segundo parece-me incontroverso, incontroverso não, porque o advogado defende diferentemente, mas não há prova nos autos de que diga respeito a vagas destinadas à ação pedagógica que não são todas as vagas dos Hospitais Públicos, isso apreendi com o próprio advogado do impetrante, não são todas as vagas dos hospitais públicos que são passíveis de utilização na área pedagógica.

Estou-me fiando nas próprias anotações do impetrante para fazer esta constatação.

De outro lado, tenho um documento assinado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que afirma peremptoriamente que, para esta atividade, se dispõe agora de 770 vagas, das quais 90% estão ocupadas pela UPE e UFPE, as quais, segundo se infere do próprio depoimento do Secretário, essas duas Universidades, precisam de outras vagas e buscam essas outras vagas noutros estabelecimentos médicos.

A partir daí, com a devida vênia, evidentemente, a quem pensa diferentemente, parece-me que a prova documental que existe, salvo se parta do pressuposto de que a informação lançada oficialmente pelo Senhor Secretário de Saúde, não mereça a mais mínima credibilidade ou fé. Trata-se de um chute ou de uma mentira pura e simples.

Se assim não é, se não há elemento nos autos suficiente para desconstituir a informação fática oficial posta pelo Secretário de Saúde, esta, até pela presunção de legalidade, legitimidade dos atos administrativos, eu me socorro dela, porque não conheço o Senhor Secretário de Saúde, não faço juízo de valor nem positivo nem negativo a respeito de Sua Excelência. Mas, como autoridade que é, nomeada para este importante mister pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, penso que o documento por ele exarado, afirmando peremptoriamente o número de vagas e a destinação delas, merece até provem em contrário, gozar da presunção de legitimidade dos atos administrativos que gozam, aqueles expedidos pelos funcionários, a exemplo do que deve os atos administrativos exarados dos funcionários de menor categoria da Administração Pública, desde os agentes administrativos, agentes fiscais, etc., etc., etc.

Essa é a primeira observação, já seria suficiente para que eu me manifestasse, acompanhando o Relator.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Há uma segunda: vou admitir, *ad argumentandum*, que o documento subscrito pelo Senhor Secretário de Estado seja ideologicamente falso, fruto de um equívoco monumental. Reconheço a partir daí provada a dissociação, a inexistência do substrato fático que subjaz à decisão de indeferimento, a partir daí o impetrante pede uma liminar para que se outorgue, que o Judiciário determine ao Senhor Secretário de Saúde que firme o convênio.

Muito embora exista como parâmetro um decreto estadual que direcione uma política pública, estabelecendo requisitos mínimos, logrei visualizar da análise do decreto, direito subjetivo de quem quer que seja a celebrar um convênio de cooperação técnica com o Estado de Pernambuco, para fazer uso de vagas pedagógicas do Sistema Único a cargo do Governo do Estado.

Parece-me que esse aspecto, o eminente Desembargador Relator assinalou logo no início: simplesmente não há direito subjetivo na espécie. A circunstância de ter sido celebrado, por exemplo, ou como são, rotineiramente, celebrados - um convênio com o município A, não gera direito subjetivo do município B, de celebrar o mesmo convênio com o Estado, com a União, com o município C, e assim sucessivamente, a União destinar determinado programa de investimento mediante convênio de cooperação para um Estado Federal ou mesmo estadual, no Estado da Paraíba, não dá direito subjetivo ao Estado de Pernambuco em firmar convênio em bases similares.

É preferível que haja tratamento isonômico, mas direito subjetivo a convênio, a tratamento isonômico de política pública, de cooperação – não há. Esse é o segundo aspecto.

E o terceiro, no tocante ao *periculum in mora*, muito embora me compadeça, pessoalmente, com a circunstância gerada no caso dos investidores estaduais, creio, na minha maneira de ver, um valor prevalescente, em primeiro lugar, é a lógica e a harmonia da jurisprudência. Esse direito subjetivo não existe e não é a dramaticidade da situação, a meu ver, que justifica uma modificação de pensamento, ainda que em sede liminar precária, aí o aspecto do *periculum in mora*.

Do ponto de vista do impetrante, certamente existe *periculum in mora*, porque ele vivencia uma circunstância, do ponto de vista empresarial, dramática, mas o que ele pede implica num *periculum in mora* inverso, também imediato, na medida em que bloqueia um eventualmente inexistente espaço no Sistema Público de Saúde para vagas pedagógicas em favor desta Universidade, a não ser que imaginemos que estamos todos aqui – o Impetrante, o Governo do Estado, nós próprios do Judiciário, a emitir uma liminar, que vai se seguir eventualmente a um convênio "para inglês ver," que servirá para cumprir uma formalidade perante o MEC, para que o processo ande, para que a Universidade seja instalada, que os alunos sejam matriculados, paguem as suas mensalidades com o compromisso assumido pelo Secretário de Saúde junto à Universidade, por força de ordem judicial, de destinar ou setecentos ou



328

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

mil e nove, conforme o caso, vagas pedagógicas, em relação às quais, na minha opinião, não há a menor prova de que estejam disponíveis ou possam ser efetivamente utilizadas daqui a cinco anos.

Esse é o *periculum in mora* inverso para o corpo discente e para a própria população que, a meu sentir, começaria a ser delineado, nesta assentada, se a partir de uma decisão do Tribunal, firme um processo de reconhecimento de curso, assentado em bases, eu diria mais do que precárias, porque, à minha visão, já que tenho por verossímil, válida, até provem em contrário, informação do Secretário, em cima de vagas que não existem. Essa é a realidade que me parece existente hoje. Esse é o *periculum in mora* inverso social.

Se essas vagas efetivamente existem e o impetrante logre demonstrar que elas existem, por exemplo, nas vias ordinárias, vamos cotejar, nas vias ordinárias, o tratamento que foi dado à Faculdade Maurício de Nassau, para verificar se houve tratamento isonômico ou não, se há abuso de autoridade ou não, mas por esse viés, porque, lá, no fundo, na verdade, chegar a compelir a Administração, a *mano militare*, dizer que é que obrigada a destinar para tal ou qual Instituição as suas vagas, este não há, o próprio decreto é um ato absolutamente unilateral discricionário do Governador que pode ser revogado a qualquer momento sem gerar, até onde a vista alcança, nenhum tipo de direito subjetivo para ninguém.

Com estas considerações, Senhor Presidente reconhecendo, lamentando, que pela condução empresarial e pela própria, vamos dizer, acompanhamento governamental da iniciativa empresarial, tenhamos chegado a esta situação. Mas a meu ver, infelizmente, não são divergências ou mesmo falhas ou o que seja entre planejamento e execução, relacionamento entre Impetrante e Administração, que, como juiz, não esteja eu obrigado a atuar conforme os limites constitucionais que reservam este tipo de decisão para a política pública, juízo de conveniência e oportunidade de quem foi eleito pelo povo.

Voto, portanto, Senhor Presidente, acompanhando o eminente Relator.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO

Senhor Presidente, fiz algumas indagações no início dos debates, exatamente para esclarecer alguns pontos, que eu não estava absolutamente seguro em relação ao estudo que fiz ontem. Recebi o memorial dos eminentes advogados dos agravantes e uma cópia também do Mandado de Segurança que eu próprio solicitei e estudei a matéria para hoje discutir no Grupo de Câmaras, e verifico exatamente o pedido:

Nós estamos em sede de Agravo de Regimento, contra a decisão do Relator que, no Mandado de Segurança, negou o pedido de liminar. Consequentemente, o Regimento permite a que nós possamos rever essa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

decisão, considerando os riscos da ineficácia da medida e o fundamento relevante da impetração.

E, logo de início, Senhor Presidente, entendo que há relevância realmente na fundamentação trazida pelos eminentes advogados dos impetrantes, mas o pedido se assenta exatamente no Regimento, na negativa de celebração do convênio entre o Estado de Pernambuco e a agravante para o compartilhamento dos leitos dos hospitais da Rede Estadual de Saúde, pelos seus alunos, do Curso de Medicina, durante o internato, que é o estágio curricular obrigatório.

Então, vou-me fixar exatamente no esclarecimento do que seja o estágio curricular obrigatório dos estudantes de Medicina.

No quinto e sexto ano, hoje, dividido em semestres, então, significa dizer que, naquelas 140 vagas oferecidas pela Universidade Federal e das 150 vagas oferecidas pela Universidade de Pernambuco, somente em cada semestre é aproveitada a metade desse número de vagas, porque essas 140 vagas da Federal são divididas em dois semestres. A UPE, as 150 vagas são divididas em dois semestres, o que significa dizer que, na verdade, nós temos, naquele semestre, 70 vagas na Federal com mais 75 vagas da UPE.

Isso vai, inclusive, um pouco mais, porque a Universidade Federal tem também uma Escola de Medicina na Cidade de Petrolina. E lá só existe um hospital-escola, que não tem as vagas necessárias para que esses estudantes possam fazer esse estágio curricular obrigatório.

O que está a acontecer na prática? É que esses estudantes lá de Petrolina, da Universidade Federal, também estão vindo para Recife para ocupar as vagas disponíveis dos hospitais-escola, onde são disponibilizadas as vagas.

Se nós olharmos a relação de leitos do cadastro nacional de estabelecimentos de saúde, disponíveis no site do Ministério da Saúde, eu o abri aqui, estou com ele exatamente aqui na minha frente, nós vamos verificar que na cidade, ele não dá pelo Estado, ele dá cidade por cidade, vinculado ao SUS, a Cidade do Recife tem 6051 leitos. É o que está aqui, o Desembargador Bandeira está auxiliando a verificar isso aqui que é o total geral, menos o complementar.

Ocorre que esse número de leitos não é o número de leitos disponibilizados para os hospitais-escola. Esse é o número de leitos disponibilizados para o Sistema Único de Saúde na Cidade do Recife. Qual é a diferença entre um e outro? É que, por exemplo, quando um estudante vai rodar nas quatro áreas básicas de Medicina, o Hospital Getúlio Vargas recebe, digamos, de uma vez só - 60 estudantes de Medicina, esses 60 estudantes, o hospital tem as quatro áreas básicas. Então, na verdade, ele roda ali - 15 estudantes por área base. Cada estudante desses, aliás, pelo número de cinco estudantes - tem um preceptor, que é um professor da Universidade, que trabalha com cada cinco



329
4

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

alunos e acompanha esses alunos no trabalho que eles realizam, de uma forma geral, nas enfermarias desses hospitais.

Então, veja, Senhores, nós temos o pedido que é a concessão da segurança, para determinar, no Mandado de Segurança, para determinar à autoridade coatora, que é o Senhor Secretário de Saúde, a assinar o convênio que vai possibilitar, ou seja, vai declarar uma das exigências feitas pelo MEC de que existe, no momento atual, a disponibilidade de que, além das quatro Escolas de Medicina que estão no Recife, mais uma que está instalada aqui no Recife, quer dizer, mais uma para o compartilhamento de vagas, ou seja, compartilhamento de leitos, ou ser também compartilhamento de vagas para que cada cindo estudantes possam trabalhar por leito.

Então, é isto que se quer: se compelir o Estado de Pernambuco a formalizar esse convênio.

Não tenho dúvida de que a questão é por demais relevante, mas nós podemos adentrar nessa seara, podemos, num Mandado de Segurança, compelir que a autoridade na área administrativa, possa celebrar um convênio, disponibilizando vagas que ele diz que não tem.

Então, vejam, o Senhor Secretário responde, de acordo com o que foi informado pelo eminente Relator, responde ele que, nas áreas básicas do estágio curricular obrigatório, ele dispõe apenas de 770 leitos, e que, desse número de 770, 90% já estavam ocupados pelos estudantes da UFPE e da UPE nos Cursos de Medicina.

Então, vejam os Senhores que não é o número total de leitos que o SUS disponibiliza, mas as vagas que são disponibilizadas pelos hospitais-escola para que os estudantes possam ser selecionados pela Universidade e possam rodar nas quatro áreas básicas do estágio curricular.

Bem, ora, se o Secretário entende que das 770 vagas, 90% delas já estão ocupadas pelas duas maiores instituições de ensino na área de Medicina, evidentemente que o que restaria estaria com as outras faculdades de Medicina que estão estabelecidas, pelo menos, na Cidade do Recife. E aí é o que resta a analisar que é o direito subjetivo. Está a Administração Pública obrigada a celebrar um convênio de cooperação técnica, como disse o Desembargador Bandeira de Mello, com uma instituição privada, disponibilizado em compartilhamento as vagas em hospitais-escola, não são todas as vagas, são as vagas em hospital-escola.

Tenho o mesmo pensamento do Desembargador Bandeira de Mello – se fosse pelas vias ordinárias, nós poderíamos aqui, inclusive, discutir a questão do tratamento isonômico que foi dado a outras escolas. Mas, neste caso, nós estamos em sede de Mandado de Segurança e não podemos deixar de forma nenhuma de analisar, na questão, os dois requisitos básicos da impetração do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Mandado de Segurança e evidentemente da liminar que, nesse caso, foi indeferida, é o risco da ineficácia o fundamento relevante da impetração. E, no fundamento relevante da impetração, não há como se afastar a reflexão de se há direito líquido e certo a compelir o Secretário de Saúde a celebrar um convênio, disponibilizando vagas em compartilhamento às da Rede Estadual de Saúde.

Então, nesse aspecto, Senhor Presidente, no aspecto puramente processual do Mandado de Segurança, eu não vejo, neste momento, o direito, não vejo o risco de dano que venha a causar a essa liminar.

O que lamento, também na mesma expressão do Desembargador Bandeira de Mello, é de que investidores pernambucanos tenham feito investimentos altíssimos, isso realmente pesa muito para que tenha preparado tudo para que nós tenhamos mais uma Escola de Medicina, e, na verdade, se depare, não é cumprir um requisito formal para a fiscalização do MEC, mas é um requisito essencial – nenhum Curso de Medicina pode ser estabelecido sem que haja a certeza absoluta de que há condições de ser realizado o estágio curricular, que é obrigatório, faz parte do currículo da graduação de Medicina, e por que isso? Porque só pode ser feito em hospitais-escola, com as vagas destinadas às Universidades como hospital-escola. Exige-se, nesses hospitais, não apenas essas vagas, mas que tenham os preceptores, os professores da Universidade, para acompanhar esses alunos.

O problema que se coloca, de uma forma geral, é de que há necessidade realmente de Escolas de Medicina no País! Há, não há dúvida! Mas, conversando, semana passada, com o Presidente do CREMEPE, ele me disse uma coisa que não me saiu da cabeça: o problema é dos médicos, é de que, na verdade, o País não tem necessariamente falta de médico. O problema do País é a má distribuição desses médicos onde tem realmente a necessidade. Por exemplo, os médicos que são formados por essas Universidades, a Federal, a UPE, que estão estabelecidas na Cidade do Recife, não querem sair da Região Metropolitana, a menos que eles tenham alguma raiz no Interior do Estado e realmente tenham interesse em voltar para lá, mas, na verdade, o problema não é o número de médicos, não é o número de especialidades, mas a má distribuição deles no País. Não há um Programa do Governo, não há retribuição adequada para que incentive esses médicos a ocuparem o Estado de Pernambuco ou os outros Estados no País, enfim, nem com aquele o Programa que se chama “Médicos de Famílias”, que as Prefeituras administram e realmente pagam, dependendo inclusive da distância dessa Prefeitura, ela paga até mais. Mas, nem assim os médicos querem sair da cidade para irem para o Interior do Estado.

Então, agora, é uma Escola importante? É. Existem investimentos importantes feitos aqui? Existem. Mas, processualmente, o Poder Judiciário pode obrigar a Administração Pública a celebrar um convênio que a Administração Pública está demonstrando que não tem vagas para oferecer? Parece-me que não.



330

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, é uma matéria que realmente estudei muito, porque me atraiu muito, mas penso que o Poder Judiciário não pode, neste caso, se substituir à Administração Pública. E, neste caso, com muito pesar, inclusive, acompanho o posicionamento do voto do Relator.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Senhores Desembargadores, Senhora Procuradora, pediria, inclusive, àqueles que votaram em sentido contrário uma especial atenção, porque meu voto é técnico, meu voto não adentrará no mérito da questão, conforme eu havia anunciado desde o começo. Eu, escutando o debate, estou aqui, mais ou menos elaborando este voto, está assim lançado:

A agravante investiu pesada soma na edificação e qualificação material das instalações da faculdade de medicina que pretende submeter a procedimento formal exigido pelo MEC, para o qual faz-se necessária a celebração do convênio reclamado, o qual foi negado pela Administração sob fundamento de não estarem preenchidos determinados requisitos formais, isso dentro do seu poder discricionário.

Esses requisitos formais estão sendo questionados na ação de segurança, através de fundamentação relevante, e caso a pretensão liminar seja negada, o feito, como um todo, perderá objeto, pois só após 2 anos é que haverá nova inspeção do MEC, tempo que será crucial para tornar a grande maioria dos equipamentos adquiridos completamente obsoletos, causando danos irreparáveis à agravante e, por via de consequência, à própria sociedade, que hoje padece a olhos vistos de mais profissionais na área médica, já que aqueles formados nas atuais unidades são claramente insuficientes para a real demanda de nosso Estado e circunvizinhos, o que bem demonstra o perigo da demora no deferimento da liminar requerida, como também o resguardo do interesse público.

Deferida a liminar (e é nesse ponto que eu queria fazer um enfoque específico) e celebrado o convênio, a inspeção do MEC será feita e caso preenchidos os demais requisitos formais aí sim, a agravante poderá iniciar suas atividades, seguindo o processo judicial, este, seus ulteriores trâmites, inclusive com a possibilidade de sua reversão quando do julgamento do mérito, cujas consequências formais serão as idênticas àquelas quando uma faculdade perde sua concessão pública por motivos outros, como má-qualificação, como mau-desenvolvimento de suas atividades. Não visualizo, portanto, prejuízo algum em se deferir a liminar.

Por essas razões, não me parece razoável retirar do particular o direito de reexaminar os motivos que determinaram a negativa do pedido administrativo formulado pela agravante, aqui devidamente refutados por razões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

aparentemente relevantes, inclusive sob pena de retirar do Poder Judiciário o direito de rever eventuais excessos que possam ter sido praticados, garantia constitucionalmente assegurada e que todos nós temos.

Então, pedindo licença ao eminente Relator e aos demais que entenderam em sentido contrário, e fazendo ver que não há um único prejuízo, na minha visão, o deferimento desta liminar, já que todo o mérito será examinado e, eventualmente, havendo reversão, as consequências estão previstas em lei, que é o desfazimento da unidade, em tempo oportuno, sem prejuízo para qualquer dos eventuais alunos matriculados, eu pedindo, mais uma vez, vênha, dou provimento ao agravo regimental, para deferir a pretensão de urgência reclamada pela agravante.

É como voto, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Então, pelo provimento: os Desembargadores Ricardo Paes Barreto, José Ivo e Stênio Neiva. Negando provimento: o Relator – José Marcelon, a Doutora Virgínia Gondim, Doutor Bandeira de Mello e Fernando Cerqueira.

O placar para negar provimento: Quatro a três (4X3).

Eu, antes de proclamar o resultado, (até agradeço a ausência do Desembargador Erik, poderia dar um empate e sobrar para mim), não posso me furtar a fazer um comentário: primeiro, alguém pode dizer que não concorda com a decisão, mas não pode dizer que não foi debatida à exaustão, muito mais de duas horas para julgar um Agravo Regimental. Então, as posições foram colocadas de forma clara, quem tiver dúvida, tem o vídeo da AMEPE aí para identificar todos os detalhes. Segunda coisa: há prova de que tudo, até a entonação de bom-dia está judicializado no Brasil, porque, evidente que nós estamos tratando de um acordo, acordo é manifestação bilateral de vontades, tem que respeitar a autonomia de vontades. É evidente que há algumas boas teses mesmo que acho, mas não para um mandado de segurança, como a história do compartilhamento. E como o fato de que a tese do compartilhamento prevaleceu para uma outra, pelo menos como alegado, para uma outra instituição de ensino.

Então, o que se verifica num caso desses, é que existem dois caminhos: em cima da hora da visita do MEC, porque tenho que lamentar a decisão, como olindense, já que morei lá durante toda a minha vida, e com ex-Professor, da Casa lá, na época das "vacas magras" do avô do investidor, o Professor Inácio Barros Melo, e tenho também apreço muito grande à Instituição. Mas o fato é que, em sede mandamental, mesmo com todas essas razões emocionais que acabo de dizer aqui e sabendo de que tudo que pode ser corrigido, como disse



331
Z

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

o Desembargador Paes Barreto, na época do deferimento, eu teria votado contra, com o coração amargurado – teria.

Agora, resta, pois, ainda, nesse ocorrer de tempo, primeiro, mais uma vez, a solução de judicializar agora pela via ordinária – pedir antecipação de tutela se é que pode demonstrar as duas questões, não sei se vale a pena. A segunda, parece-me aquela que devia ter sido o momento – se paira alguma dúvida sobre a qualidade da informação prestada pelo Senhor Secretário de Estado, se há interesse do Estado, e acho que há, não precisa dizer mais nada. Está aí presente o Prefeito da Cidade de Olinda, correligionário, não é do mesmo partido, mas é do mesmo grupo do Governador do Estado, o Senhor Eduardo Accioly Campos, é quem pode realmente, se fosse até o caso, do ponto de vista administrativo, acatar a tese do compartilhamento. O Senhor Secretário ocupa um cargo de confiança admissível - *ad nutum*, e, se fosse o caso, celebrar o convênio. Não seria judicializar não. Se a tese é boa, eu, pessoalmente, acho, mas isso é “achometro”, eu acho a tese boa do compartilhamento e acho terrível que, se um dia, diga – concedeu-se essa tese para “A” e não para “B”, acho horrível que assim o seja, mas o fato é que isso não pode e não deve ser resolvido em sede mandamental.

Então, proclamo o resultado:

DECISÃO

“POR MAIORIA DE VOTOS (4X3), NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.”

J₃₉

39